



**IPME**

INSTITUTO DE **PREVIDÊNCIA** DO MUNICÍPIO DE **EUSÉBIO**

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ADERÊNCIA DA GESTÃO  
DOS RECURSOS DO RPPS ÀS NORMAS EM VIGOR E À  
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

*(Art. 129 da Portaria/MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022)*

**1º SEMESTRE DE 2024**



INSTITUTO DE **PREVIDÊNCIA** DO MUNICÍPIO DE **EUSÉBIO**

## INTRODUÇÃO

Em cumprimento as determinações legais, em especial as do art. 129 da Portaria 1.467 do MTP, de 02 de junho de 2022, apresentamos o Relatório de Análise da Aderência da Gestão dos Recursos do RPPS conforme a Resolução CMN 4.963/2021, e a **Política de Investimentos do primeiro semestre do exercício financeiro de 2024**, do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE EUSÉBIO-IPME, inscrito no CNPJ: 04.865.123/0001-46.

Este relatório tem como objetivo acompanhar, analisar e identificar as aplicações do RPPS, se estão sendo atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do FUNDO. A gestão eficaz dos riscos é fundamental para fornecer informações essenciais à tomada de decisões, melhorar o desempenho na realização dos objetivos das políticas organizacionais e dos serviços públicos, além de ajudar na prevenção de perdas e no gerenciamento de incidentes.

A política de investimentos para o ano de 2024 APROVADA em 21/12/2023, cumprindo o prazo final de envio que era até 31/12/2023. Previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: **renda fixa, renda variável e investimento no exterior.**

Os valores recebidos a título de taxa de administração devem ser mantidos de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios, **em conta individual, distinta dos demais recursos do IPME.**



# IPME

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO

## Enquadramento APROVADO e LANÇADO na PI /DPIN 2024:

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021					
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos				
	Limite da Resolução %	Limite do Inciso	Limite Inferior %	Estratégia Alvo %	Limite de Superior
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>	<b>90,0%</b>				
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100%	100%	0,0%	0,0%	15,0%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"			0,0%	56,0%	100,0%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c			0,0%	0,5%	5,0%
Operações Compromissadas com lastros em TPF - Art. 7º, II	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	60%	60%	0,0%	32,0%	60,0%
ETF - Renda Fixa - Art. 7º, III, "b"			0,0%	0,5%	5,0%
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	20%	20%	0,0%	0,5%	10,0%
FIDC (senior) - Art. 7º, V, "a"	5%	20%	0,0%	0,0%	0,0%
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	5%		0,0%	0,5%	5,0%
FI Debêntures de incentivadas - Art. 7º, V, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>	<b>1,0%</b>				
FI Ações - Art. 8º, I, "a"	30%	30%	0,0%	0,5%	10,0%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II			0,0%	0,5%	20,0%
<b>Investimento no Exterior - Art. 9º</b>	<b>1,0%</b>				
Fundo RF - Dívida Externa - Art. 9º, A, I	10%	10%	0,0%	0,0%	0,0%
FI - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, A, II			0,0%	0,5%	5,0%
Fundo Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, A, III			0,0%	0,5%	5,0%
<b>Fundos Estruturados - Art. 10º</b>	<b>2,0%</b>				
Fundos Multimercados - Art. 10º, I, "a"	10%	15%	0,0%	2,0%	10,0%
FI em Participações - Art. 10º, II, "b"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
FI Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
<b>Fundos Imobiliários - Art. 11º</b>	<b>1,0%</b>				
FI Imobiliário - Art. 11º	5%	5%	0,0%	1,0%	2,0%
<b>Empréstimos Consignados Art. 12º</b>	<b>5,0%</b>				
Empréstimos Consignados - Art. 12º	5%	-	0,0%	5,0%	5,0%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>				

Imagem 1 Fonte PI REFERÊNCIA

## RENDIMENTOS x PI

A política de investimentos para o IPME, no ano de 2024 deve obedecer às diretrizes estabelecidas, garantindo a segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos recursos. É importante que os valores recebidos a título de taxa de administração sejam segregados dos recursos destinados ao pagamento de benefícios,

mantidos em conta individual e distinta.

Para cumprir essas diretrizes, os investimentos podem ser alocados nos seguintes segmentos conforme a legislação vigente:

- Renda Fixa: Investimentos em títulos públicos, debêntures, CDBs, entre outros, com o objetivo de proporcionar segurança e previsibilidade de retorno.
- Renda Variável: Investimentos em ações e fundos de investimento em ações, visando maior potencial de rentabilidade a longo prazo, embora com maior risco.
- Investimento no Exterior: Possibilidade de diversificação geográfica dos investimentos, seguindo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

## **RENDIMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE**

Total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras, do primeiro semestre de 2024 foi de R\$ 8.084.603,48 sendo MAIO o melhor mês de rendimento ao IPME, R\$ 2.242.053,24.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	06/2024 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	06/2024 (R\$)	ANO (R\$)
BB AÇÕES GLOBAIS INSTITUCIONAL FIAÇÕES BDR NÍVEL I	9,77%	30,18%	30,18%	51.425,48	67.430,32
BB AGRO FIC AÇÕES	3,30%	-5,65%	-5,65%	0,00	-15.527,62
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,38%	3,84%	3,84%	13.556,89	131.323,80
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,71%	4,71%	4,71%	51.266,42	339.947,61
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,26%	3,11%	3,11%	17.088,64	202.176,48
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,61%	4,40%	4,40%	15.392,06	107.803,07
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,32%	1,37%	1,37%	-6.466,64	27.513,73
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,79%	5,24%	5,24%	204.931,75	1.354.196,82
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,17%	5,78%	5,78%	171.574,10	818.180,96
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,02%	1,97%	1,97%	-1.509,68	145.603,54
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,30%	0,57%	0,57%	-6.113,79	11.740,25
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,16%	5,73%	5,73%	133.849,64	637.056,25
BNB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,63%	4,53%	4,53%	3.919,75	27.309,12
BNB PLUS FIC RENDA FIXA LP	0,81%	5,25%	5,25%	15.754,52	97.339,64
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,79%	5,19%	5,19%	20.957,27	131.646,08
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	0,71%	4,70%	4,70%	31.758,92	249.244,75
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,82%	5,36%	5,36%	39.738,69	249.139,52
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,17%	2,36%	2,36%	21.518,13	291.465,90
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	2,96%	2,96%	13.343,87	196.651,92
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,37%	3,21%	3,21%	55.752,76	467.464,16
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-1,00%	-1,22%	-1,22%	-81.263,26	-100.110,45
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,00%	2,31%	2,31%	-45,86	264.777,99
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,61%	4,48%	4,48%	19.036,59	135.116,73
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,32%	1,37%	1,37%	-9.119,78	38.502,21
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,78%	5,00%	5,00%	260.631,67	1.613.042,84
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES VI FIC MULTIMERCADO LP	0,78%	-1,48%	-1,48%	42.676,25	-82.239,71
CAIXA INSTITUCIONAL FIAÇÕES BDR NÍVEL I	12,73%	39,52%	39,52%	84.769,73	212.583,86
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	-1,08%	-1,30%	-1,30%	-291.309,35	-350.542,97
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	0,79%	5,19%	5,19%	8.278,66	53.600,17
JT PREV DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL FII - JTPR11	-0,25%	-1,67%	-1,67%	-5.155,14	-35.524,42
LF ITAÚ IPCA (30/04/2027)	0,87%	1,77%	1,77%	32.851,10	66.204,39
LF SAFRA IPCA (10/11/2025)	0,91%	5,98%	5,98%	67.465,55	424.038,26
LF SANTANDER IPCA (10/11/25)	0,85%	5,68%	5,68%	27.044,02	172.279,70
LF SANTANDER IPCA (29/04/27)	0,94%	1,87%	1,87%	38.126,94	74.632,61
SAFRA EXECUTIVE INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	0,75%	4,76%	4,76%	29.825,02	181.927,47
SANTANDER IMA-B 5+ PREMIUM FIC RENDA FIXA	-2,28%	-5,16%	-5,16%	-51.973,64	-121.391,53
<b>Total:</b>				<b>1.019.577,27</b>	<b>8.084.603,48</b>

Imagem 2 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

## COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS E BANCOS

Os recursos financeiros do IPME foram geridos em conformidade com a política de investimentos, Resolução em vigor e Instituições Financeiras previamente credenciadas junto ao IPME, foram realizados ajustes na carteira dentre os próprios bancos em busca de manter a carteira posicionada conforme atual conjuntura econômica.

O montante do capital do IPME apurado em 30.06.2024 foi de R\$ 254.332.407,31 está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:



# IPME

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO

Composição da Carteira	06/2024	
	RS	%
BB AÇÕES GLOBAIS INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	577.731,06	0,23
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.553.754,50	1,40
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7.706.062,58	3,03
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.695.889,59	2,63
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.557.653,20	1,01
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.041.302,49	0,80
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	25.385.798,51	9,98
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	14.869.360,26	5,85
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7.328.833,71	2,88
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.021.059,63	0,79
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.672.381,23	4,59
BNB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	629.553,94	0,25
BNB PLUS FIC RENDA FIXA LP	1.950.466,37	0,77
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	2.667.215,99	1,05
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	4.720.751,99	1,86
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	4.894.310,59	1,92
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	12.645.586,53	4,97
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.850.760,38	2,69
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	15.028.506,32	5,91
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8.085.109,58	3,18
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.740.817,29	4,62
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.147.897,57	1,24
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.854.532,15	1,12
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	33.879.688,80	13,32
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES VI FIC MULTIMERCADO LP	5.480.169,65	2,15
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	750.546,89	0,30
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	26.600.007,13	10,46
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	1.057.918,69	0,42
JT PREV DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL FII - JTPR 11	2.092.131,65	0,82
LF ITAÚ IPCA (30/04/2027)	3.816.204,39	1,50
LF SAFRA IPCA (10/11/2025)	7.514.012,49	2,95
LF SANTANDER IPCA (10/11/25)	3.203.897,20	1,26
LF SANTANDER IPCA (29/04/27)	4.074.632,61	1,60
SAFRA EXECUTIVE INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	4.006.536,17	1,58
SANTANDER IMA-B 5+ PREMIUM FIC RENDA FIXA	2.231.326,19	0,88
<b>Total:</b>	<b>254.332.407,31</b>	<b>100,00</b>

Disponibilidade em conta corrente:	<b>0,00</b>
<b>Montante total - Aplicações + Disponibilidade:</b>	<b>254.332.407,31</b>

Imagem 3 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

## OS FUNDOS APLICADOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NAS INSTITUIÇÕES:

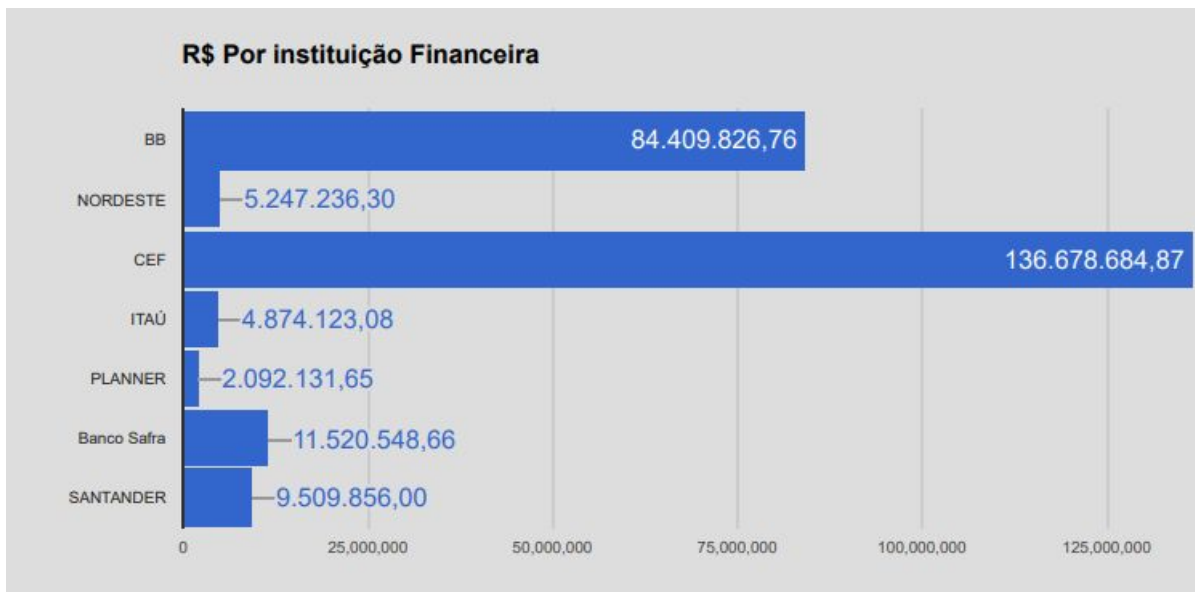


GRÁFICO 1 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Reforçamos que os bancos que o IPME possui aplicação estão aptos a receber recursos previdenciário, conforme a lista exaustiva do MPS atualizada em 06/05/2024.

## ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS *VERSUS* A META

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024 determinada na PI foi de (IPCA+5,25%). O IPME em 30.06.2024 obteve uma rentabilidade acumulada de R\$ 8.084.603,48 o que equivale a 64,69% da meta da PI para o primeiro semestre. O IPME conseguiu 3,31% no exercício e a meta foi de 5,14%.

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	RS	%			
06/2024	R\$ 8.084.603,48	3,3148%	IPCA + 5,25%	5,14 %	64,49%

Imagem 4 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

A carteira de ativos prevaleceu o DI neste primeiro semestre, analisando o cenário de manutenção de SELIC e instabilidade na economia global.

O IPME analisando o cenário econômico, realizou novas aplicações, no mês de ABRIL aplicou no BB AÇÕES GLOBAIS INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I, ainda no

mês de abril realizou a aplicação na LF SANTANDER IPCA (29/04/27). No mês de maio realizou uma nova aplicação em LF, LF ITAÚ IPCA (30/04/2027).

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
BDR	1.328.277,95	0,52
CDI	89.822.504,19	35,32
IDKA 2	13.546.649,97	5,33
IRF-M 1	6.335.104,71	2,49
IRF-M	4.895.834,64	1,92
IPCA	67.145.968,05	26,40
IMA-B 5	15.028.506,32	5,91
IMA-B	34.685.116,70	13,64
IMA Geral	11.740.817,29	4,62
Ibovespa	5.480.169,65	2,15
FII	2.092.131,65	0,82
IMA-B 5+	2.231.326,19	0,88
<b>Total:</b>	<b>254.332.407,31</b>	<b>100,00</b>

Imagem 5 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

## ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022.

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>

Da consulta aos dados disponíveis no site eletrônico do Município e do Ministério do Trabalho e Previdência comprovam que durante o semestre os investimentos do RPPS se mantiveram, **enquadrados e sem apontamentos NA PARTE DE LIMITES %.**

## MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. São



utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação, neste primeiro semestre **NÃO FOI NECESSÁRIA nenhuma alteração na redação da PI e nem de % de limites superiores dela.**

### O enquadramento final do primeiro semestre demonstramos abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (RS)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	156.279.900,02	61,45%	56,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	70.543.181,35	27,74%	32,00%	60,00%	ENQUADRADO
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	18.608.746,69	7,32%	0,50%	10,00%	ENQUADRADO
Fundos Multimercados - Art. 10º, I	5.480.169,65	2,15%	2,00%	10,00%	ENQUADRADO
FI Imobiliário - Art. 11º	2.092.131,65	0,82%	1,00%	2,00%	ENQUADRADO
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - Art. 8º, III	1.328.277,95	0,52%	0,50%	5,00%	ENQUADRADO
<b>Total:</b>	<b>254.332.407,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>92,00%</b>		

Imagem 6 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Ao seguir a política de investimentos, o RPPS busca otimizar a alocação de seus recursos de acordo com o perfil de risco e retorno esperado, sempre alinhado aos interesses de longo prazo dos seus beneficiários. Além disso, os critérios para credenciamento de instituições financeiras e contratações de serviços relacionados devem ser rigorosos e independentes, garantindo a escolha das melhores opções para a gestão dos recursos previdenciários.

### RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE 2024

O primeiro semestre foi pautado por discussões sobre o rumo das políticas monetária e fiscal nas economias desenvolvidas. A desinflação contínua permitiu ao Banco Central Europeu, iniciar o ciclo de corte das suas taxas de juros. Já o Fed e o Banco da Inglaterra provavelmente reduzirão a taxa ainda neste ano. Já nos países emergentes diversos bancos centrais já começaram a reduzir os juros, alguns em 2023, à medida que o crescimento se moderou e com o apoio do arrefecimento da inflação. Neste momento, os bancos centrais dos mercados emergentes estão chegando ao fim de seus ciclos de flexibilização, diante de variadas restrições enfrentadas. Logo, os mercados emergentes

só poderão continuar reduzir os juros quando os bancos centrais dos mercados desenvolvidos – principalmente o Fed que vem mantendo suas taxas estáveis – iniciarem a flexibilização monetária.

Analisando por região, na China, a recuperação econômica tem sido irregular, e o governo têm implementado estímulos pontuais, em setores considerados mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB referente ao segundo trimestre foi de 4,7% abaixo das estimativas de 5,1%. O resultado também pode ser explicado pelos indicadores setoriais Índices de Gerentes de Compras (Purchasing Manager's Index). O PMI de serviços recuou de 50,5 para 50,2 pontos em junho. Já o PMI da indústria O PMI da indústria, por sua vez, ficou em terreno contracionista: 49,5 em junho. E no que tange a inflação os índices de preços estão em patamares bem baixos ao contrário das principais economias. Esse conjunto de dados indica que ainda há um desequilíbrio entre oferta e demanda na segunda maior economia do mundo, que passa por um momento de sobrecapacidade combinada com demanda ainda enfraquecida, o que leva os preços para baixo.

Nos EUA, a atividade econômica segue resiliente, mantendo a economia aquecida apesar da desaceleração do primeiro trimestre. O PIB cresceu 1,2%, e o mercado de trabalho segue em expansão, apesar da política monetária contracionista contribuíram para o declínio da inflação. O principal relatório sobre o mercado de trabalho americano (Payroll) mostrou geração líquida de 206 mil empregos em junho, um pouco acima das expectativas. Já taxa de desemprego aumentou ligeiramente de 4,0% para 4,1%. Quanto a política o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) manteve os juros inalterados em suas últimas decisões, na qual mantiveram o intervalo dos juros entre 5% e 5,25% ao ano. O presidente do Fed, Jerome Powell, discursou no Senado americano, no qual deu declarações que apoiam a percepção do mercado de que ocorrerá um corte em setembro, como ao ressaltar que foi feito progresso substancial no combate à inflação. Apesar disso, Powell manteve alguma cautela em sua fala, alegando que a decisão será dependente da evolução dos dados econômicos. Ademais, as projeções do mercado mostram que maioria dos membros do Fed espera 1 corte de de juros de 0,25 p.p em 2024.



INSTITUTO DE **PREVIDÊNCIA** DO MUNICÍPIO DE **EUSÉBIO**

Já na Zona do Euro, em sua decisão mais recente o Banco Central Europeu (BCE) reduziu os juros em 0,25% de 4% para 3,75%, sendo o primeiro corte desde setembro de 2019. Já a inflação ao consumidor subiu 0,2% em junho ante maio, em linha com as expectativas. Porém, o núcleo da inflação que exclui itens com preços voláteis subiu 0,3%, devido a inflação de serviços que segue elevada. Esses dados reforçam a necessidade de cautela na condução da política monetária na zona do euro.

Entrando no nosso cenário no Brasil, o semestre foi marcado por bastante turbulência entre Governo, Congresso e agentes do mercado financeiro. Nesse contexto, a escalada da taxa de câmbio para valores em torno de R\$5,40/US\$, junto com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, são sinais claros de preocupação com a trajetória da economia brasileira. Em parte, isso reflete o cenário externo de dólar forte, com os EUA se mantendo como grande polo de atração de capitais, fruto de taxas de juros relativamente elevadas e atividade econômica resiliente. Esse movimento externo de fortalecimento do dólar foi amplificado, no Brasil, por questões fiscais e políticas, levando ao desempenho mais desfavorável de nossos ativos. Levando o mau humor nos mercados pela aparente falta de apetite para enfrentar mais diretamente a trajetória insustentável das contas públicas. Nesse contexto, os gastos obrigatórios crescem muito acima do projetado pelo governo. Soma-se a isso que os gastos primários em apoio ao Rio Grande do Sul já giram em torno de R\$ R\$21 bilhões. Como consequência, a falta de medidas viáveis para colocar um freio na trajetória insustentável dos gastos públicos inviabiliza que um cenário mais favorável se concretize.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o produto interno bruto (PIB) avançou 0,8% no primeiro trimestre de 2024, na comparação com o período imediatamente anterior impulsionado, entre outros fatores, pelo forte dinamismo ainda presente no mercado de trabalho, que segue com aumentos tanto da população ocupada quanto do rendimento médio real, o desempenho das vendas de bens e serviços voltou a ganhar tração nos primeiros meses de 2024. O setor de Serviços puxou essa variação positiva, com alta de 1,4%, principalmente devido às contribuições do Comércio (3,0%), de Informação e Comunicação (2,1%) e de outras atividades de serviços (1,6%). A Agropecuária cresceu 11,3% e a indústria registrou uma pequena

variação negativa (-0,1%), que é considerada estabilidade. Pela ótica de demanda, observa-se uma continuidade do crescimento do consumo das famílias (1,5%), devido à melhora do mercado de trabalho no país dada a continuidade dos programas governamentais de auxílio às famílias. Outro destaque positivo foi o aumento dos investimentos, alavancados pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção. Assim, conforme as últimas pesquisas do Relatório Focus as projeções de PIB para 2024 estão em 2,11%.

No que tange a inflação o IPCA de junho, variou 0,21%, frente à alta de 0,46% ocorrida em maio, segundo informou o IBGE. O Índice acumula variações de 2,48% no ano e 4,23% nos últimos 12 meses. O movimento de arrefecimento da inflação foi influenciado em parte pelo recuo do grupo de alimentação e bebidas e do grupo de Transportes, bastante representativo no cálculo do IPCA. Em junho, esse grupo recuou 0,19%, motivado pelas quedas dos preços das passagens aéreas (-9,88%), do óleo diesel (-0,64%) e do gás veicular (-0,61%). Assim, as últimas projeções conforme o Focus segue indicando leve aumento nas estimativas para 2024 e 2025, que foram respectivamente elevadas para 4,00% e 3,90%.

Quanto a questão dos juros ao longo do primeiro semestre, a taxa Selic foi reduzida de 11,75% para 10,50% nas três primeiras reuniões do ano, sendo mantida na reunião realizada em junho. O acirramento das incertezas externas e os problemas de oferta ocasionados pelas enchentes no Rio Grande do Sul reacenderam o alerta inflacionário, com a decisão do COPOM ocorrendo de maneira unânime. Agora, a partir do consenso estabelecido na última reunião, o mercado passou apostar na manutenção dos atuais 10,50% até o final do corrente exercício, com novas reduções dos juros domésticos sendo previstas apenas em 2025, com a taxa sendo projetada em 9,50%,

Em relação a Renda Fixa, o desempenho foi marcado pelas incertezas e aversão ao risco ao longo do primeiro semestre. Em que pese a deterioração das expectativas inflacionárias no período, sobretudo no mês de abril, quando o governo alterou a meta fiscal para 2025, impactou de maneira decisiva os rumos do segmento no semestre. Neste cenário os títulos de curto prazo se sobressaíram frente aos ativos de

maior duração. O índice IMA-Geral, indicador que expressa a rentabilidade dos títulos marcando a mercado como um todo, fechou o semestre com variação positiva de 2,42%.

Abordando a renda variável, o primeiro semestre foi de frustrações no mercado. No final do 2023, as expectativas eram otimistas. Os analistas esperavam que os juros começassem a cair nos Estados Unidos e seguissem em trajetória de queda no Brasil. Com isso, a bolsa decolaria e a renda variável finalmente voltaria ao foco dos investidores. Seis meses depois, não foi o que aconteceu. O ciclo de cortes da Selic parou (pelo menos por enquanto) e o Ibovespa acumula uma queda, no ano, queda de 7,66 %no patamar de 123.900 pontos. Dentre os fatores que contribuíram para derrubar o Ibovespa destaca-se a saída de capital externo, a reversão de expectativas acerca do comportamento dos juros norte-americanos, a recente manutenção da Selic acompanhado de um cenário fiscal mais conturbado em que recentemente, o governo federal chegou a revisar sua projeção para o resultado primário deste ano e passou a projetar um déficit ainda maior do que o previsto inicialmente: de R\$ 14,5 bilhões.

Rentabilidades primeiro semestre por ativos:

Nome	Retorno No Semestre	Nome	Retorno No Semestre
<b>RENDA FIXA</b>			
<b>Prefixados</b>		<b>Formado por TP indexados ao IPCA</b>	
IRF-M	1,51%	IMA-B	-1,10%
IRF-M 1	4,51%	IMA-B 5	3,32%
IRF-M 1+	0,22%	IMA-B 5+	-5,04%
<b>Formado por Títulos da Dívida Pública</b>		<b>DI</b>	
IMA Geral	2,42%	CDI	5,22%
<b>Duração Constante</b>			
IDKa IPCA 2 Anos	3,21%		

Imagem 7 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Nome	Retorno No Semestre	Nome	Retorno No Semestre
<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
<b>Doméstico</b>		<b>Exterior</b>	
Ibovespa	-7,66%	MSCI WORLD	27,24%
IBX	-7,20%	S&P 500	31,45%
IBX -50	-6,15%		
SMLL	-14,85%		

Imagem 8 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

## **CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**

Diante da análise dos relatórios enviados pela consultoria Referência, bem como, acompanhamento mensal por parte do gestor comitê de investimentos e conselhos, a parte dos investimentos *versus* a meta *versus* o ENQUADRAMENTO DA PI no primeiro semestre do ano de 2024, foram atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do IPME e **não foram verificadas deficiências e irregularidades no período**, reiteramos que estão disponíveis para consulta nas fontes indicadas, e considerando as exigências legais pertinentes aos RPPS, no que diz respeito a organização. Ressaltamos ainda que o **IPME buscou novos ativos para compor a carteira**, analisando a liquidez e o passivo da carteira conforme debatido com a consultoria.

Diante do risco fiscal do país e da calamidade do RS que geraram grandes incertezas o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE EUSÉBIO-IPME** atingiu 64,69% do seu objetivo, mantendo chances de atingir a meta do exercício. Reforçamos que os fundos que compõem a carteira do **IPME** estão enquadrados.

EUSÉBIO/CE, 09 DE OUTUBRO DE 2024

---

Plínio Bezerra Câmara Campos  
Matrícula: 210105  
Diretor-Presidente do IPME

---

Evilene de Abreu Menezes Monteiro  
Matrícula: 210125  
Gestora de Investimentos em Aplicações Financeiras



INSTITUTO DE **PREVIDÊNCIA** DO MUNICÍPIO DE **EUSÉBIO**

---

Diego Monteiro Matos  
Matrícula: 210108  
Presidente do Comitê de Investimentos

---

Francileide Tavares da Silva  
Matrícula: 00005  
Membro do Comitê de Investimentos

---

Pryscyla Dayanne Matos de Castro  
Matrícula: 210156  
Membro do Comitê de Investimentos

## **REFERÊNCIAS**

PORTAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Sistema de Informação dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV). Disponível em: <http://cadprev.previdencia.gov.br/>

SISTEMA SGI: <http://sgi.referenciagr.net.br/home>

CONSULTORIA REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO